

EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA GESTÃO DE CUSTOS EM TEMPOS DE TELETRABALHO: um estudo multicampi no Instituto Federal de Minas Gerais

Sablina Prado de Assis Silva Vargas – d2025101150@unifei.edu.br

André Luiz Medeiros – andremedeiros@unifei.edu.br

Gabriela Nunes Gomes Passos Eller – d2025101929@unifei.edu.br

Nayse Mirelle Costa Godinho – d2025101301@unifei.edu.br

Palavras-chave: educação financeira, teletrabalho, servidores públicos.

1. INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19 acelerou a adoção do teletrabalho no setor público, impondo uma reorganização nas rotinas e nos custos dos servidores. Embora essa modalidade tenha trazido economia com transporte e alimentação, também gerou novos gastos com energia, internet e infraestrutura doméstica (Freire, 2023; Antunes; Fischer, 2020).

Segundo Jappelli e Padula (2013), grande parte da população adulta possui baixo nível de alfabetização financeira, o que compromete sua capacidade de lidar com imprevistos e de planejar o uso de recursos. No contexto do serviço público, essa lacuna pode impactar diretamente a gestão de despesas e a qualidade de vida dos servidores.

No contexto do IFMG, Gonçalves (2021), em estudo realizado no Campus Bambuí, constatou baixo nível de educação financeira entre servidores, reforçando a necessidade de ampliar essa análise para outros campi.

Diante disso, este estudo busca analisar o nível de alfabetização financeira dos servidores técnico-administrativos dos 18 Campi do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) e sua relação com o comportamento econômico e a modalidade de trabalho exercida. Pretende-se identificar o perfil socioeconômico e demográfico dos servidores, avaliar seu controle e conhecimento financeiro e propor ações de capacitação voltadas à educação financeira.

Esta pesquisa se justifica pela relevância da educação financeira na organização das finanças pessoais no teletrabalho, um modelo amplamente adotado no setor público, mas ainda pouco explorado sob a ótica de seus impactos financeiros pessoais. A maioria das pesquisas existentes concentra-se em aspectos operacionais e de produtividade, deixando lacunas quanto às repercussões econômicas para os trabalhadores.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Referencial teórico

O teletrabalho consolidou-se de forma definitiva durante a pandemia, configurando-se como modelo alternativo e duradouro nas organizações públicas e privadas. Regulamentado no Brasil pela Lei nº 13.467/2017, o teletrabalho passou a ter respaldo legal e, no setor público, tornou-se parte das políticas de modernização administrativa (Brasil, 2017; Antunes; Fischer, 2020).

No caso do IFMG, a Resolução nº 14/2025 regulamentou o Programa de Gestão e Desempenho (PGD), oficializando o teletrabalho parcial e integral (IFMG, 2025). Embora a medida promova eficiência e qualidade de vida, transfere ao servidor a responsabilidade sobre parte dos custos operacionais, exigindo melhor controle financeiro pessoal. Nesse cenário, a alfabetização financeira é fator determinante para o equilíbrio orçamentário e para o desempenho profissional.

A nova modalidade traz custos: energia elétrica, equipamentos e conectividade (Santos; Alves, 2022) e gera economias: em transporte e alimentação (Freire, 2023), o que pode equilibrar os custos adicionais quando há gestão adequada dos recursos. Tais mudanças demandam reorganização orçamentária e competências financeiras que nem todos os servidores possuem.

A educação financeira, segundo o Banco Central do Brasil (2013), consiste em desenvolver habilidades para administrar recursos, planejar despesas e lidar com riscos econômicos. Já a alfabetização financeira, corresponde ao domínio prático desses conhecimentos, permitindo ao indivíduo tomar decisões conscientes (OECD, 2005). Ambas são essenciais para o bem-estar e a sustentabilidade financeira.

Estudos recentes (OECD, 2020; Domingues, 2024) apontam que a baixa alfabetização financeira está associada a níveis maiores de endividamento e menor capacidade de poupança.

Gonçalves (2021), ao analisar o nível de educação financeira de servidores técnico-administrativos do IFMG Campus Bambuí, identificou que a maioria possui conhecimento limitado sobre o tema, o que evidencia a necessidade de estratégias de capacitação institucional. A implementação de programas de alfabetização financeira poderia contribuir não apenas para o bem-estar econômico dos servidores, mas também para a eficiência institucional, uma vez que o equilíbrio financeiro pessoal tende a refletir positivamente na produtividade e na motivação no trabalho.

2.2 Metodologia

A pesquisa será de natureza aplicada, abordagem quantitativa, classificada como descritiva e exploratória. O objetivo é identificar e analisar padrões de comportamento financeiro dos servidores, além de propor intervenções práticas.

Será realizado um estudo multicampi, envolvendo os servidores técnico-administrativos dos 18 campi do IFMG. A coleta de dados será por meio de um questionário survey, composto por questões sobre perfil socioeconômico, conhecimento financeiro, controle orçamentário e modalidade de trabalho.

A amostragem será não probabilística por conveniência, considerando a viabilidade de acesso aos participantes distribuídos em diferentes regiões. Todos os respondentes assinarão o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme as diretrizes éticas da Resolução nº 466/2012 do CNS.

Os dados serão tabulados e analisados estatisticamente, com uso do Excel e software de análise quantitativa, permitindo identificar relações entre variáveis como nível de alfabetização financeira, modalidade de trabalho, renda e controle de gastos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Espera-se, inicialmente, caracterizar o perfil sociodemográfico e econômico dos servidores TAEs participantes da pesquisa, com destaque para aspectos como faixa etária,

escolaridade, região de residência, modalidade de trabalho (presencial ou remoto), renda mensal e composição familiar. Em seguida, serão identificados os níveis de alfabetização financeira desses servidores.

A análise dos dados permitirá observar se há correlações significativas entre o nível de alfabetização financeira e variáveis como controle orçamentário, comportamento de consumo e padrão de endividamento. Espera-se, ainda, compreender como o teletrabalho tem influenciado os hábitos financeiros dos servidores, especialmente no que se refere ao aumento ou redução de despesas, reorganização do orçamento familiar e capacidade de poupança.

Com base nos achados da pesquisa, pretende-se elaborar uma proposta de curso de capacitação em educação financeira, adaptado ao perfil identificado dos servidores. Essa proposta visa contribuir para o aprimoramento da gestão financeira pessoal no contexto institucional, fortalecendo a autonomia dos trabalhadores e promovendo uma cultura de planejamento e responsabilidade econômica.

Pretende-se que os resultados obtidos contribuam para o desenvolvimento de políticas públicas internas mais alinhadas às necessidades reais dos servidores do IFMG, estimulando iniciativas voltadas à formação continuada e à promoção do bem-estar financeiro no serviço público.

Ademais, espera-se que os resultados forneçam subsídios relevantes para futuras investigações acadêmicas que tratem das interações entre educação financeira, teletrabalho e comportamento econômico no setor público. Os dados e análises produzidos poderão servir de base para estudos comparativos, aprofundamentos teóricos e desenvolvimento de novas estratégias educacionais voltadas à promoção do bem-estar financeiro em diferentes contextos laborais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que esta pesquisa contribua para ampliar a compreensão sobre a importância da educação financeira na gestão das finanças pessoais dos servidores do IFMG. Prevê-se identificar o nível de alfabetização financeira e sua relação com o comportamento econômico e a modalidade de trabalho executada, subsidiando futuras ações de capacitação institucional. Espera-se, ainda, que os resultados incentivem práticas

mais conscientes de planejamento e controle orçamentário, promovendo autonomia, equilíbrio e bem-estar entre os servidores. Assim, o estudo deverá fortalecer a cultura de responsabilidade financeira no serviço público, com impactos positivos na vida pessoal e profissional dos servidores.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Evelise Dias; FISCHER, Frida Marina. **A justiça não pode parar?!: os impactos da COVID-19 na trajetória da política de teletrabalho do Judiciário Federal.** Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, São Paulo, v. 45, e0038, 2020. DOI: 10.1590/2317-6369000025920. Disponível em:

<https://scielo.br/j/rbso/a/RhJmLZY58ZMMxT5DhKhKb6P/?format=pdf>. Acesso em: 12 outubro 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de educação financeira: gestão de finanças pessoais.** Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2013. Disponível em:

https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno_cidadania_financeira.pdf. Acesso em: 12 outubro 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 jul. 2017.** Altera a Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º mai. 1943, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 jul. 2017. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm. Acesso em: 12 outubro 2025.

DOMINGUES, João Paulo Telini. **Educação financeira: um estudo do nível de alfabetização financeira dos servidores docentes do Instituto Federal do Sul de Minas Gerais.** 2024. 144 f. UNIFEI, Itajubá, 2024. Disponível em:

<https://repositorio.unifei.edu.br/jspui/handle/123456789/4093>. Acesso em: 12 outubro 2025.

FREIRE, Leone Brandão. **Efeitos do teletrabalho em ambiente escolar no período pós-pandêmico, segundo a percepção dos gestores.** 2023. Trabalho de Conclusão de Curso UFRN, Natal, 2023. Disponível em:

<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/56785>. Acesso em: 10 outubro 2025.

GONÇALVES, Elizabeth Abreu da Natividade. **A educação financeira de servidores públicos federais do IFMG – Campus Bambuí: caracterização e proposição de ações.** 2021. 103 f. UNIFEI, Itajubá 2021. Disponível em:

https://repositorio.unifei.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2520/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_2021185.pdf. Acesso em: 12 outubro 2025..

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS.

Conselho Superior. **Resolução nº 14, de 27 mar. 2025.** Boletim de Serviço Eletrônico, Belo Horizonte, 16 abr. 2025. Disponível em: https://www.ifmg.edu.br/portal/progep/programa-de-gestao-teletrabalho/sei_2245621_resolucao_do_conselho_superior_14-1.pdf. Acesso em: 12 outubro 2025.

JAPPELLI, Tullio; PADULA, Mario. Investment in financial literacy and saving decisions. **Journal of Banking & Finance**, Amsterdam, v. 37, n. 8, p. 2779-2792, 2013. DOI: 10.1016/j.jbankfin.2013.03.019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0378426613001623>. Acesso em: 12 outubro 2025..

OECD. **Recommendation of the Council on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness (OECD/LEGAL/0338)**. Paris: OECD, 2005. Disponível em: <https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0338>. Acesso em: 21 maio 2025.

OECD. **Recommendation of the Council on Financial Literacy (OECD/LEGAL/0461)**. Paris: OECD, 2020. Disponível em: <https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0461>. Acesso em: 12 outubro 2025..

SANTOS, Ana Carolina de Faria dos; ALVES, Tatiane Pinheiro de Sousa. **Teletrabalho e seus custos para os servidores dos Tribunais de Justiça**. REAL, Brasília, DF, v. 1, n. 1, 2022. Disponível em: <https://revistas.icesp.br/index.php/Real/article/view/3927>. Acesso em: 12 outubro 2025.